

TEMAS DE PESQUISA, FONTES E MÉTODOS DA DEMOGRAFIA HISTÓRICA DO BRASIL.

LOUIS HENRY (*)

Em Demografia, como nas demais ciências humanas, a experimentação é impossível, ou seja, o demógrafo não pode variar, de acordo com seus interesses, as condições nas quais desenvolveu-se uma população. Ele somente pode dispor do que a observação lhe fornece, o que afinal é uma colheita pobre e pouco variada, porque as condições são frequentemente semelhantes ou próximas, e por isso mesmo, elas apenas cobrem uma reduzida parte das condições possíveis. Os inconvenientes desta situação são agravados pela tendência da maioria dos demógrafos em se limitar à atualidade, por vezes apenas à atualidade de seu próprio país.

Para suprir a impossibilidade de experimentação em Demografia é preciso esforçar-se por observar as populações evoluindo em contextos diferentes, sob a ação de diversos regimes políticos, de diferentes organizações sociais e igualmente em diferentes graus de desenvolvimento, assim como em climas e épocas diferentes. Em outras palavras, isto significa que a Demografia Histórica tem um papel importante no desenvolvimento da Demografia como ciência.

O povoamento do Novo-Mundo pelos europeus provocou a evolução de populações européias em condições diversas, geralmente muito diversas, daquelas da Europa da época, ou mesmo da atualidade, e seria de se desejar — neste caso mais que em outros — conhecer os resultados desta experiência histórica.

No início, este povoamento foi realizado por nações diferentes — franceses no Canadá, ingleses nos Estados Unidos, espanhóis na Amé-

(*). — Professor da École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris); e do Institut National d'Études Démographiques (INED-Paris). Louis Henry é o mestre incontestável e criador da moderna Demografia Histórica. Tradução do manuscrito francês por Maria Luiza Marcílio (*Nota Trad.*).

rica Central e parte da América do Sul, portugueses no Brasil — tendo objetivos diferentes como também diferentes atitudes ante as populações indígenas que encontraram na América. Estas populações de índios encontravam-se, por sua vez, em estágios diversos de desenvolvimento, indo da caça e da coleta à agricultura sedentária. Tem-se, então, toda uma gama de situações, cujo estudo objetivo será cheio de ensinamentos e cuja dimensão ultrapassa, certamente, a América: pode-se pensar, com efeito, que a extensão progressiva da agricultura desde o neolítico provocou, entre caçadores e agricultores, conflitos análogos a muitos dos que foram observados em várias partes da América.

Pouco depois, numerosas regiões da América receberam, através do tráfico marítimo, milhões de escravos da África, escravos cujos descendentes, mais ou menos mesclados, tornaram-se elementos geralmente importantes da população dessas regiões. Mais recentemente, no século XIX e início do XX, nações americanas receberam um considerável número de imigrantes — europeus em sua grande maioria.

Em todos estes estágios houve conflitos, rivalidades ou pelo menos, problemas cujas consequências, ainda sensíveis, continuarão a se propagar por muito tempo, no futuro. Isto ocorre particularmente no domínio demográfico e genético. Aqui a aritmética intervem e impõe exigências numéricas que eliminam as ilusões tranquilas.



TEMAS DE PESQUISA.

As três fases do povoamento acima mencionadas existiram no Brasil, mas não de forma similar em todas suas regiões. Examinemos essa situação por partes.

Antes do Tráfico Negroiro.

Nesta primeira fase, os portugueses tomam posse de um imenso e pouco povoado território, cujos habitantes não conheciam os metais e viviam da pesca, caça e agricultura nômade. Admite-se, correntemente, que os colonizadores não trouxeram consigo mulheres brancas, a não ser em número muito reduzido, e que em consequência, o povoamento inicial só pode se realizar através da mestiçagem. Esta foi favorecida pela ausência de preconceitos raciais dos portugueses e pela liberdade que gozavam as mulheres índias.

Se o número inicial de mulheres portuguesas fora realmente muito pequeno, ou quase nulo, a geração saída dos primeiros colonizadores

só poderia ser, efetivamente composta, ou quase unicamente, de mamelucos (mestiços de brancos com índias), o que resultaria, passado algum tempo, que a população portuguesa do Brasil seria, essencialmente, uma população de mestiços entre brancos e índios. No entanto, se o primeiro contingente de portugueses fosse composto apenas de um forte excedente de homens — digamos, dois homens para cada mulher — a população dele resultante contaria com proporção fraca, senão insignificante de mestiços.

Foi, com efeito, a este resultado que chegou o povoamento do Canadá pelos franceses: a maioria de colonos homens não ficou, é claro, sem mulheres e filhos. Mas, salvo exceções, estas mulheres e filhos não foram integrados na população de origem francesa. Os *bois brulés* continuaram indígenas; no entanto, a população branca saída dos primeiros colonos e reforçada durante algumas décadas por novos imigrantes dos dois sexos, desenvolvia-se rapidamente e tornava a mestiçagem cada vez mais difícil em função desse mesmo crescimento. Como os franceses não foram *a priori* hostis à formação de uma população mestiça, e como os índios do Canadá não se mostraram, por sua vez, hostis aos brancos — como ocorreu no Brasil — parece pois que o número de mulheres dos primeiros contingentes de colonos foi determinante. Desta maneira, seriam extremamente úteis os dados sobre o número de mulheres brancas — portuguesas ou outras — que puderam se fixar no Brasil no primeiro meio século da colonização.

Assim, listas de passageiros e listas nominativas, se existentes para essa remota época, forneceriam dados para estas pesquisas. Na falta delas, não devem faltar informações sobre a descendência dos primeiros portugueses mais famosos, que se fixaram no Brasil. Suponho ainda que, por outro lado, a literatura da época, lida com as preocupações do demógrafo e do geneticista, pode completar as informações tiradas de outras fontes, ou em caso extremo, substituí-las.

Retomemos o que é admitido correntemente: os primeiros luso-brasileiros foram, sobretudo, mestiços. Se esta população tivesse, desde muito cedo, parado de receber imigrantes — como ocorreu em Quebec — ela teria então sido uma população mestiça de brancos e de índios, população pequena se o crescimento natural tivesse sido insignificante, ou importante, se este crescimento tivesse sido forte. Embora hipotético, este modelo de desenvolvimento permite afastar o argumento segundo o qual, a parte do elemento indígena na população brasileira teria sido fraca porque os índios do Brasil eram pouco numerosos na época do estabelecimento dos primeiros portugueses.

Na realidade, a parte do elemento indígena na população do Brasil depende:

- a. — Da intensidade da mestiçagem inicial;

b. — Da contribuição ulterior — pela imigração — de elementos não indígenas, e essa contribuição será tanto maior quanto esta imigração respeitar o equilíbrio dos sexos, mais do que sua precocidade e seu volume.

Uma imigração européia com forte excedente de homens poderia, sem dúvida, "branquear" um certo número de famílias. Em compensação, outras deveriam ter-se "indianizado" mais, porque o excedente de homens pela imigração obrigaria os mestiços a tomar mulheres índias.

Sem imigração, durante um longo período, a população mestiça evoluiria em círculo fechado e se ela tiver um crescimento grande, uma imigração ulterior não poderá modifica-la sensivelmente, a menos que esta seja muito importante. O mesmo ocorrerá com uma imigração ininterrupta, a partir do início da colonização, a menos que a proporção de mulheres não tenha sido insignificante.

Por esta análise parece que dois elementos exerceram papel determinante na composição "étnica" da população do Brasil antes da chegada dos escravos negros:

1. — O volume da imigração de mulheres portuguesas, ou em geral, européias;
2. — A rapidez do crescimento da população brasileira. Quanto mais rápido menor seria a modificação da mestiçagem inicial pelas entradas ulteriores.

*

Com o Tráfico de Negros.

Esta fase do povoamento do Brasil estende-se, de fato, sobre longo período, pois ela começa no século XVI e termina na primeira metade do século XIX. Começando no século XVI ela reduziu a um curto período a duração da primeira fase. No entanto, deve ter havido um período de transição onde os fenômenos característicos da primeira fase subsistiam no momento mesmo que a introdução de escravos negros começava a fazer sentir seus efeitos demográficos e genéticos. Por outro lado, o recurso à mão-de-obra africana não foi, nem em tempo nem em intensidade, igual em todas as regiões do Brasil. Porisso mesmo, é conveniente distinguir as duas fases mesmo que, em certas capitâneas a segunda fase (entrada de negros) tenha rapidamente se sobreposto à primeira.

O tráfico de escravos criou, de início, uma população inteiramente negra, subordinada à população branca ou mestiça. Esta população escrava renovava-se pelo tráfico e igualmente pelo seu próprio movimento natural. O primeiro problema demográfico que se coloca a esse

propósito é o de saber qual fator — o tráfico negreiro ou o crescimento natural — foi o mais importante na evolução, em número, da população escrava. Se, com efeito, a importação de negros exerceu o principal papel nesta evolução, a supressão dela deveria, mesmo sem imigração européia ulterior, diminuir a parte do elemento negro na população do Brasil.

Em princípio, os senhores e os escravos poderiam formar duas populações totalmente separadas. Este não foi o caso em nenhuma colônia da América, e no Brasil menos ainda que nas demais. Em razão da liberdade de costumes dos descendentes de portugueses, os senhores de escravos, puderam utilizar-se à vontade das mulheres escravas, resultando daí importante população mulata, progressivamente liberta, bem antes da supressão da escravidão.

A escravidão tornava a reprodução natural da população de origem africana mais difícil e, portanto, com toda a probabilidade menos rápida que a reprodução da população livre, branca ou mestiça. A liberdade dos costumes era, ainda mais, geneticamente desfavorável ao elemento africano, pois, enquanto os brancos tinham filhos — mulatos — com mulheres negras, o inverso era muito mais raro, o que levava as mulheres brancas a só ter filhos brancos. Mas é preciso, no entanto, comprovar tais probabilidades com dados numéricos. O recurso aos modelos seria igualmente útil porque tornaria conhecido o mecanismo do desenvolvimento das duas populações — branca e negra — e de suas relações.

No início, a população livre se identifica à população branca, e a população escrava à população negra. Pouco a pouco, no entanto, uma parte dos negros e, sobretudo, dos mulatos passa a pertencer à população livre. O desenvolvimento e as relações destas duas populações é igualmente um tema de estudo, onde intervem, além da demografia, a legislação e os costumes.

Para ilustrar estas generalidades, apresentamos um pequeno problema de contabilidade de dados numéricos, que certamente é frequentemente encontrado, penso eu, à medida que progredir o conhecimento da população brasileira antiga. Segundo Afonso E. Taunay, 600.000 escravos entraram no Brasil no século XVII. Uma estimativa da população brasileira em 1660 dá, por sua vez, um total geral de 184.000 habitantes dos quais 110.000 eram escravos. Se se considerar a importação de escravos como contínua, teria entrado aproximadamente 6.000 escravos por ano no Brasil antes de 1660. Se a esperança de vida à partir do desembarque ultrapassasse 20 anos, o que *a priori* não me parece impossível, as duas estimativas são incompatíveis.

Após a Supressão do Tráfico Negroiro.

Este período que se estende até nossos dias pertence em sua grande totalidade ao campo da Demografia Histórica em razão da existência de poucos dados sobre a população do Brasil até, pelo menos, a Segunda Guerra Mundial. Caracteriza-se pela imigração de muitos milhões de europeus, de vários países e de duzentos mil japoneses.

Pode-se colocar então várias questões sobre este assunto:

a. — características demográficas dos diversos grupos de imigrantes. Comparações entre grupos de imigrantes com o resto da população brasileira;

b. — modalidades de assimilação destes grupos. Este problema é em grande parte sociológico, mas, através dos casamentos mistos, ele tem igualmente aspecto demográfico;

c. — consequência desta imigração sobre a repartição da população por cor. Na última década do século XIX, por volta de 100.000 europeus entraram cada ano no Brasil. Se se supor que esses imigrantes tivessem, em média, 25 anos ao entrar no país, eles representariam 40% dos brasileiros natos dessa faixa etária. Isto significa que, uma geração que ao nascer teria contado, digamos 40% de brancos, passaria a ter 57% aos 25 anos. Como esta imigração européia repartiu-se muito desigualmente sobre o território, as modificações que ela provocou nas regiões onde foi mais numerosa podem ter sido consideráveis. Ainda aqui é preciso analisar este fenômeno mais detidamente e examinar em particular que parte tiveram, no forte aumento da proporção de brancos no Brasil, os fatores demográficos (imigração, diferenciais de fecundidade e de mortalidade) e a capilaridade social que nesse país, conduz a classificar como branca toda pessoa que atingiu certa posição mais elevada na escala social.

Esta longa apresentação de questões que coloca à Demografia Histórica a evolução da população do Brasil durante pouco mais de quatro séculos e através pelo menos três fases distintas, mostrou — assim o espero — o interesse e a amplitude dos problemas a serem tratados. O leitor compreenderá igualmente, que o estudo da população brasileira desde o século XVI é um dos mais apaixonantes que se pode apresentar aos demógrafos e aos historiadores.



FONTES.

As fontes da Demografia Histórica são variadas:

a. — documentos de fase — registros paroquiais, listas nominativas, etc. — que não foram levantadas com vistas à obtenção de estatísticas ou que só imperfeitamente, ou não suficientemente, tiveram este objetivo; j

b. — dados numéricos antigos, estatísticas mais ou menos elaboradas ou números esparsos em documentos diversos: papéis oficiais, correspondência privada, livros;

c. — documentos que, através de informações não numéricas permitem certas análises — na falta de fontes das categorias (a) e (b) citadas.

Em França, as fontes da categoria (a) e parte das demais encontraram-se nos arquivos nacionais ou departamentais ou nos das comunas. Em ambos os casos, os arquivos fizeram pelo menos um catálogo sumário das fontes que conservam. Mesmo na Europa ocidental não encontramos, para todos os países, situação tão favorável à pesquisa dos documentos necessários à Demografia Histórica quanto a da França. Fora da Europa, a situação é geralmente pouco favorável. No Brasil, por exemplo, o Arquivo Público do Estado de São Paulo mantém organização sem equivalente em outros Estados; mesmo assim os pesquisadores precisam realizar um verdadeiro trabalho prévio de pesquisa e de inventário das fontes mais suscetíveis de serem utilizadas. O Departamento de História da Universidade Federal do Paraná localizou um certo número de fontes e fez um catálogo. Mas muito resta a ser feito no Paraná e, a *fortiori*, no resto do Brasil. Como, até onde conheço, as fontes conhecidas e repertoriadas não remontam além da segunda metade do século XVIII é necessário um esforço particular para localizar as fontes mais antigas das categorias (b) e na falta delas as da categoria (c).



REGISTROS PAROQUIAIS.

Na Europa Ocidental e na província canadense do Quebec, os registros paroquiais e os antigos registros do estado civil são de longe, a principal fonte da Demografia Histórica. Isto não significa, porem, que todos os eventos do estado civil tenham sido registrados. Na França, por exemplo, o registro de óbitos foi muito deficiente em certas regiões até pelo menos 1770.

No Brasil, parece que poucos registros paroquiais subsistiram em períodos anteriores ao século XVIII e, *a priori*, pode-se pensar que os registros tenham sido por longo período muito incompletos — mesmo o dos nascimentos — em razão da extensão do território das paróquias e da dispersão do *habitat*. No entanto, o que pude ver no Paraná ameniza estes prévios temores: o registro lá é mais completo do que eu poderia esperar, particularmente para o caso dos óbitos de crianças de poucas semanas batizadas apenas em casa, em muitos casos.

Os registros paroquiais do fim do século XIX e do início do século XX para o Sul do país constituem uma boa fonte para o estudo das comunidades de imigrantes — alemães, italianos, poloneses, etc. — antes e durante a fase de sua assimilação. Este estudo torna-se mais facilitado quando existem, em suas paróquias correspondentes, listas de paroquianos, *status animarum* ou outras congêneres. Infelizmente elas nem sempre são encontradas.

* *
*

REGISTRO CIVIL.

Não houve, como na França, e antes do século XX a secularização do registro do estado civil, levando a substituição dos registros anteriores pelos da autoridade civil. Mais ainda, o registro civil no Brasil é realizado pelos cartórios, o que leva a um registro menos público do que em França, onde ele é realizado pelas autoridades municipais. Seria por esta razão, ou porque o registro laico civil da população não é suficientemente antigo para ser consultado pelo público e tornar-se acessível a todos os pesquisadores que levou-me a não considerá-lo como fonte significativa, apesar de ser ele uma das mais importantes fontes para a terceira fase do povoamento do Brasil?

* *
*

LISTAS NOMINATIVAS.

Pelo menos para o Sul do Brasil, a situação, quanto à existência de listas nominativas de habitantes conservadas, é particularmente favorável. Enquanto que em França as listas nominativas são raras até o século XIX e que, depois dele, apenas as encontramos, na melhor hipótese, apenas para cada cinco anos, no momento dos recenseamentos gerais, no Brasil existem séries, por vezes muito grandes de listas de habitantes, homens, mulheres, crianças e escravos incluídos, e que pertenciam às companhias de ordenanças das diferentes capitâneas.

Estes documentos — abundantes particularmente a partir dos últimos anos do século XVIII e inícios do XIX — são frequentemente muito bem conservados e nele encontramos por vezes, além do nome, sexo, idade e cor, informações sobre o lugar de nascimento e dados sobre a produção de cada família.

Ignoro se os censos gerais do Brasil de 1872, 1890, 1900, 1920, etc, foram realizados com base em listas nominativas. Neste caso, seria necessário procura-las e fazer um inventário das mesmas porque estas listas são, de todos os documentos de base, aqueles de onde se pode extrair os melhores dados, salvo para o domínio da mortalidade. Se não houver listas nominativas é preciso pesquisar o que restou como documentos de base (formulários preenchidos ou listas) dos recenseamentos. O IBGE terá, talvez, em seus arquivos, parte desses documentos. Ou então esse Instituto terá condições de bem orientar os historiadores-demógrafos na pesquisa dessa eventual fonte.

* *
*

OUTROS DOCUMENTOS DE BASE.

Qualquer lista abrangendo, mesmo que apenas uma fração da população, pode ser útil. Dentre estas listas, as relações relativas aos impostos *per capita* podem ser escolhidas, mas eu ignoro que documentos deste genero podem ser encontrados para o Brasil.

Tenho, por outro lado, visto o quanto se pode extrair de listas eleitorais anuais quando elas são acompanhadas de listas de exclusão — como é o caso de Curitiba (século XIX), por exemplo. Pode-se estabelecer — dentre outras análises — uma tábua de vida dos eleitores, fração não insignificante, em certas épocas, da população livre, masculina e adulta. Para o estudo da população escrava, e durante os vinte anos que precederam a abolição da escravatura os registros de matrículas de escravos, estabelecidos como medida preliminar de aplicação da lei 2040 de 1871 serão, quando encontrados, um documento de primeira ordem. Na falta deles, pode-se utilizar conjuntamente as estatísticas que foram feitas com base nesses registros e as listas em que os escravos são classificados em ordem de prioridade (fixada pelo decreto de 13 de novembro de 1872) para sua emancipação.

Na Europa, chegou-se a interessantes resultados sobre as características demográficas de uma parte das classes dirigentes, graças às genealogias. Mas para tanto é preciso que estas estejam concebidas em linha descendente, que cubram o conjunto de um meio social — ou pelo menos uma parte representativa deste, sem

omitir sistematicamente as crianças falecidas nos primeiros anos de vida. Para o Brasil seria necessário examinar se as genealogias existentes respondem a estas condições ou, pelo menos, a parte delas, porque as genealogias podem ainda ser utilizadas quando as crianças falecidas nas primeiras idades nelas, não figurarem ao passo que são totalmente inúteis para o demógrafo se são em linha ascendente e neste caso de difícil emprego. O uso das genealogias torna-se perigoso, em Demografia, quando cobrem uma fração não representativa de um meio social ou ainda constituem-se em uma fração, da qual se ignora se é ou não representativa desse meio.

Lembremos, para finalizar esta parte dedicada às fontes, a importância para um país de imigração que as listas de embarque ou desembarque de imigrantes podem ter, sejam elas de homens livres ou de escravos.

* *
*

DADOS NUMÉRICOS ANTIGOS.

As estatísticas extraídas dos registros de matrículas de escravos são exemplos de estatísticas antigas que podem ser utilizadas. As tabelas estatísticas tiradas das listas nominativas e dos registros paroquiais são outros. Não se pode, neste domínio, negligenciar nenhum dado numérico, particularmente para os períodos mais remotos, com a condição de que todas as tabelas e todas as cifras que são disponíveis ou que serão descobertas no futuro sejam submetidas a um severo exame crítico.

No entretanto, é necessário ter conhecimento de todos os dados numéricos antigos, reuni-los e mesmo publica-los com todas as anotações necessárias, com a esperança de que se encontre alguém em alguma parte — demógrafos ou historiadores — que descubram um meio de utiliza-los ou de utiliza-los melhor do que já o foi feito.

* *
*

OUTRAS FONTES.

Estas são constituídas sobretudo pelas narrações ou testemunhos de contemporâneos. Os testemunhos de uma época são sobretudo sensíveis aos acontecimentos que pertencem mais à história corrente do que à Demografia Histórica. Por outro lado, se esses testemunhos foram sensíveis aos comportamentos predominantes — aqueles que

podem ser observados sem necessidade estatística — esses comportamentos podem interessar ao demógrafo. Graças a estas fontes, penso eu, é que se pode ter uma idéia do grau de miscigenação dos primeiros decênios da colonização ou do comportamento dos senhores com relação à jovens escravas — negras ou mulatas .

Dentre os documentos de base mencionei as genealogias, salientando as dificuldades de seu emprego para a demografia, bem como os enganos que elas podem levar. Para os inícios da colonização, parte das filiações e das descendências pode ser encontrada nas biografias mais ou menos completas de vários personagens que tiveram algum papel histórico. Poder-se-a estimar em que proporção seus filhos ou eles mesmos foram mestiços de índios e por aí obter preciosas indicações sobre o povoamento na primeira fase, mesmo se os resultados confirmarem as idéias assentes sobre o assunto.

Com efeito, em Demografia Histórica, é frequentemente mais importante confirmar resultados do que encontrar novidades, porque estas podem ser aleatórias ou marginais. No melhor dos casos, elas não se colocam na categoria de resultados conquistados, senão após confirmações.



MÉTODOS DE ANÁLISE.

Em um artigo de introdução, não se pode entrar profundamente em métodos de análise, mas somente é possível dar uma idéia do que se pode fazer ou tentar fazer. Poder-se-ia dar esta visão geral partindo-se dos capítulos usuais que compõem a demografia: natalidade, nupcialidade, mortalidade. Embora correndo o risco de repetir-me prefiro apresentar os métodos, segundo o tipo dos dados de que dispõe o pesquisador: tabelas estatísticas sobre a estrutura da população, listas nominativas, registros paroquiais ou de estado civil e registros paroquiais combinados com listas nominativas.

TABELAS SOBRE A ESTRUTURA DA POPULAÇÃO.

As tabelas mais elementares apenas dão o total da população por subdivisões do território. Pode-se, neste caso, com a ajuda de um único destes quadros calcular a densidade da população em cada subdivisão espacial e estabelecer um mapa das densidades. Com várias tabelas

iguais, em tempos diferentes, pode-se estudar além disso o crescimento da população.

No Brasil, os quadros desse gênero dão igualmente o número anual dos nascimentos, casamentos e óbitos. Pode-se então calcular, com base em um desses quadros, as taxas brutas de natalidade, de nupcialidade e mortalidade e a taxa de crescimento natural.

Quando se dispõe de uma série contínua e longa destes quadros pode-se, além do mais, avaliar o balanço migratório através da comparação de aumento da população e do excedente dos nascimentos sobre os óbitos.

Os quadros menos elementares trazem a classificação da população por sexo e idade e, no Brasil antigo, por condição social (livre e escravo) e cor (brancos, mulatos e negros). Destes pode-se classificar a população por grandes grupos de idades (jovens, adultos e velhos) estabelecer uma pirâmide de idades, uma tabela ou uma curva da razão de masculinidade por grupos de idades.

Por meio de hipóteses prováveis sobre a mortalidade, pode-se calcular a taxa média de natalidade dos cinco anos precedentes. Se, além disso, a pirâmide for regular para as mulheres adultas, — caso frequente em populações de tipo antigo — pode-se estimar a fecundidade geral acumulada (soma das taxas de fecundidade geral entre 15 a 49 anos) e a taxa bruta de reprodução.

Se as tabelas sobre o estado da população dão, além do mais a classificação por estado civil, calcula-se a proporção de solteiros de cada sexo aos 50 anos (ou aproximadamente aos 50 anos), índice importante para a nupcialidade (se a população é fechada) e para o efeito combinado desta, da mobilidade diferencial dos solteiros e do conjunto da população.

Nas sociedades tradicionais, as características demográficas permanecem inalteradas durante longos períodos cobrindo por vezes vários séculos. Neste caso, pode-se calcular a idade média no primeiro casamento a partir da proporção dos solteiros em cada idade ou mesmo em cada grupo de cinco ou mesmo dez anos de idade.

Por outro lado, é possível observar as variações de estrutura segundo a cor e as diferenças entre população livre e população escrava.

Nesta análise, como em outras, é preciso questionar-se sobre a qualidade dos dados. Quanto mais elementares forem os quadros de população mais difícil será, em geral, fazer um julgamento sobre seu valor. No entanto, quando se dispõe de séries pode-se descobrir incoerências na sucessão dos dados; se são frequentes é pouco provável que os dados numéricos de que se dispõem sejam aceitáveis.

No caso de tabelas com distinção por cor ou por condição social (livre ou escravo) é preciso igualmente se interrogar sobre as regras de classificação adotadas para construir os quadros sobre o estado da população e sobre o seu movimento, porque no Brasil eles são encontrados em conjunto: os filhos jovens seriam classificados por cor, de acordo com a cor do pai ou da mãe? Questões congêneres são colocadas para os recém-nascidos e análogas perguntas devem ser feitas quanto à condição social.



LISTAS NOMINATIVAS.

Elas permitem de início construir tabelas sobre o estado da população mencionadas acima.

Alem disso, pode-se fazer tabelas sobre famílias e domicílios, cuja análise é bastante conhecida, embora subsistam problemas concernentes à tipologia dos domicílios que se deve utilizar. A existência de escravos em alguns domicílios não me parece criar problemas muito novos, uma vez que a análise estatística destes se assemelha àquelas que se faz na Europa para os domicílios que possuem domésticos.

As listas nominativas permitem também uma classificação dos chefes de domicílios de acordo com suas profissões. De resto este dado figura por vezes nos quadros estatísticos, objetos da seção anterior. A análise destes quadros coloca o mesmo problema que na Europa; em razão do grande número possível de profissões precisa-se simplificá-las sem as mutilar.

As listas nominativas permitem ainda estudar a fecundidade, com maior ou menor precisão para o caso de serem isoladas ou em séries contínuas mais ou menos longas.

Até agora, as listas nominativas isoladas não foram utilizadas em estudos de fecundidade por idade da mulher, provavelmente porque não houve necessidade de fazê-lo. Este é um processo que só pode ser utilizado quando não há nenhum outro, porque ele requer hipóteses muito amplas sobre a mortalidade: cada criança sobrevivente da lista representa, na realidade, um número de nascimentos igual ao inverso da probabilidade de sobrevivência do nascimento à idade que tem essa criança. Alem do que, não se conta senão com os casais que tiveram pelo menos um filho.

No caso de séries contínuas, pode-se estudar a fecundidade legítima no período coberto pela série; as listas que seguem a primeira lista tomada dão informações sobre os nascimentos sobrevivendo no curso do

período em questão. É preciso, no entanto, fazer uma correção para levar em conta os nascimentos que o método deixa escapar, isto é, os das crianças nascidas e falecidas entre uma lista e outra. De qualquer forma, o risco de erro é muito menor que no caso precedente.

Quando se dispõe de longas séries de listas nominativas contínuas ou quase (como é o caso por exemplo da vila de Ubatuba na Capitania de São Paulo) elas permitem uma variante da reconstituição de famílias, sem data de casamento. Pode-se então estudar a fecundidade legítima por idade da mulher, combinada com a idade de entrada em observação (a primeira lista em que o casal aparece). Este processo foi utilizado pela primeira vez no Japão, e pode-se introduzir certas melhorias como no caso precedente, por uma correção para os filhos nascidos e falecidos entre as listas sucessivas

Às correções necessárias para a mortalidade seria preciso acrescentar outra para as crianças ausentes ou esquecidas; correção que pode ser importante com uma só lista e que pode ao contrário, se reduzir à quase nada quando se dispõe de numerosas listas que permitem verificações dos dados entre si.

Uma lista nominativa única e, por consequência, um quadro estatístico isolado sobre a estrutura da população não dá nenhuma informação sobre a mortalidade se não se puder combina-lo com estatísticas de óbitos.

Ao contrário, a comparação de listas nominativas sucessivas pode fornecer indicações ao menos aproximativas, sobre a mortalidade. Se uma esposa não aparecer mais nas listas a partir de um certo ano enquanto o marido e seus filhos ainda nela estão, pode-se presumir que ela morreu. Esta presunção toma-se certeza se o marido vem inscrito como viuvo. A mesma conclusão se aplica para o marido quando este desaparece das listas. Para os filhos o desaparecimento das listas onde ainda figuram seus pais e seus irmãos, não pode ser tomados como falecimento, a menos que sua idade for bem baixa — menos de 10 anos, ou a rigor menos de 15 anos.

O desaparecimento das listas pode ser também devido à mobilidade e a omissões. Concebe-se que quando se trata de desaparecimentos definitivos e quando se dispõe de várias listas sucessivas, pode-se corrigir os erros devidos às omissões e chegar também a conhecer a frequência dos desaparecimentos definitivos das listas.

A mortalidade sendo conhecida, pode-se obter — por comparação — a intensidade da emigração fora do território no qual as listas foram estabelecidas.

Ao contrário, conhece-se os domicílios que aparecem nas listas a partir de cada ano. Mas para atingir a imigração é preciso além disso,

ter uma estatística dos casamentos. Tomadas isoladamente, as listas nominativas não bastam para o estudo da imigração.

REGISTROS PAROQUIAIS E CIVIS.

Com os registros paroquiais pode-se inicialmente, construir quadros sobre os movimentos da população: nascimentos, casamentos e óbitos por ano e por mês; classificação dos casamentos por idade dos novos casados (que é dada nos registros de casamentos); classificação dos óbitos segundo a idade e o estado civil, de onde se pode extrair, entre outros: o movimento sazonal, a idade média ao casar, a taxa de mortalidade infantil, a proporção de solteiros nos óbitos de maiores de 50 anos.

No entanto, é pela "reconstituição de famílias" (1) que se tira o maior proveito dos levantamentos de registros de estado civil ou de seus equivalentes religiosos.

Para o Brasil, poderia-se temer que a reconstituição de famílias seria muito difícil para os primeiros períodos de sua História em razão da particularidade da denominação das pessoas nas populações de cultura portuguesa. As tentativas que fizemos no início de 1974 a partir dos levantamentos dos registros da paróquia de Nossa Senhora da Luz, de Curitiba, mostraram que estas particularidades para este caso eram de fato pouco embaraçantes porque a filiação das crianças figura nos registros de nascimentos e dos óbitos das primeiras idades e porque o nome dos pais variava pouco, ao longo da vida conjugal.

Por outro lado, a existência das listas nominativas permite controlar o registro paroquial e corrigir as lacunas. Elas permitem igualmente "fechar" (ou seja, dar uma data de "fim de observação") as fichas, sem o que permaneceriam "abertas", e assim aumentar o rendimento da "reconstituição de famílias".

No estudo das comunidades de imigrantes do século XIX, a "reconstituição de famílias" não coloca problemas particulares, exceção feita para o "fechamento" das fichas. Esta não seria muito segura a menos que haja *status animarum* ou listas equivalentes para datas bem afastadas do início do registro. Não é seguro que esta dificuldade possa ser sempre ultrapassada.

(1). — Para se conhecer o método de "reconstituição de famílias", fabricadas por Louis Henry, vide principalmente suas duas obras: *Nouveau manuel du dépouillement et d'exploitation du registre civil anden*. Paris, INED, 1965; e *Manuel de Démographie Historique*. Paris, Droz, 1967 (*Nota Trad.*).

Assinalamos que a reconstituição de famílias permite estudar a fecundidade, mesmo quando uma proporção não negligenciável dos Nascimentos for perdida pelo subregistro, pela perda ou destruição dos registros, pelos deslocamentos temporários da família, mas sob a condição de que haja listas nominativas ou que os registros de casamentos indiquem a filiação dos esposos (condições que se acham realizadas no Brasil, pelo menos a partir da segunda metade do século XVIII para a Capitania de São Paulo) .

REGISTROS PAROQUIAIS E LISTAS NOMINATIVAS.

Quando se dispõe dessas duas fontes de dados conjuntamente, nós nos encontramos na mesma situação da Demografia corrente, onde se calcula índices através da combinação dos dados extraídos dos registros civis e dos recenseamentos. O desenvolvimento da Demografia Histórica nos últimos 20 anos mostrou que se poderia muito bem estudar populações retrospectivas sem esta combinação (salvo no estudo da mortalidade acima dos 5 anos) sob a condição, é bem verdade, de se realizar trabalhos mais demorados e contendo mais amplas aproximações .

No Brasil colonial, as tabelas gerais extraídas das listas nominativas são geralmente acompanhadas de estatísticas sobre o movimento da população (com classificação de óbitos por idades) que permitem combinações clássicas e o cálculo de uma tabela de mortalidade. Neste caso, a maior dificuldade é a de saber em que medida o número de óbitos foi sub-calculado devido a um registro incompleto. É, no entanto, flagrante que em certos territórios, a maior parte dos óbitos infantis não foram excluídos da repartição dos óbitos por idades ao passo que eles figuram nos nascimentos como "nascidos mortos" sem serem verdadeiramente nascidos mortos.

Ao lado dessas tabelas gerais, deve-se combinar os dados provenientes dos registros de tais paróquias com as listas de uma série de companhias de milícias. É preciso cada vez inquirir-se se os territórios e, por consequência, as populações respectivas coincidem ou não. *A priori*, não se está seguro que a população que depende de uma paróquia é a mesma que aquela que depende de uma ou várias companhias de milícias da Capitania onde se encontra a paróquia. Esta dificuldade parece-me muito séria, o que me leva a recomendar um estudo prévio das diversas subdivisões do território (paróquias, companhias de ordenanças, etc.) e de seu grau de concordância quando se pretende combinar dados que não corespondem todos à mesma subdivisão espacial.



CONCLUSÃO.

Os temas de pesquisa nunca faltam em Demografia Histórica. No Brasil, eles são particularmente abundantes em razão das fases sucessivas do povoamento de seu território e da mistura de etnias e culturas sem equivalente que acompanhou seu povoamento.

Infelizmente, não se dispõe sempre de todos os documentos de que se desejaria para os estudos que se pretende realizar. Uma pesquisa sistemática das fontes e um inventário do que existe é de fato uma tarefa primordial.

Mesmo se se encontrar muitos documentos provavelmente não se pode dispor de todos que seriam necessários. Seria preciso procurar utilizar ao máximo o que existe e pode-se até mesmo chegar à necessidade de reler, com as preocupações do demógrafo, todos os testemunhos de primeira mão que existem especialmente para os dois primeiros séculos da colonização.

Como as informações sobre a proporção de mulheres entre os imigrantes, brancos e negros, são fundamentais, a pesquisa de fontes pode não se restringir ao Brasil.

Das fontes disponíveis no Brasil, as listas nominativas são as mais ricas porque permitem — graças à existência de séries anuais relativamente longas — cobrir quase todos os campos da Demografia. A situação é sob este aspecto mais favorável do que na Europa onde as listas apenas servem de complemento à reconstituição das famílias.

Para os registros, paroquiais, a reconstituição das famílias mostra-se menos difícil do que se poderia pensar; a abundância das listas nominativas permite ao mesmo tempo controlar a reconstituição de famílias, e explora-las melhor.

A verificação dos dados e a correção das falhas, lacunas e erros é um problema maior da Demografia Histórica. Métodos de verificação, de correção utilizados na Europa são utilizáveis no Brasil embora o tamanho frequente do intervalo entre o nascimento e o batismo possa complicar a situação.

No estudo da mortalidade pode-se temer um sub-registro importante particularmente para os escravos. Para a mortalidade infantil correções são possíveis. Para a mortalidade dos adultos seria preciso, desde que possível, escolher os métodos, cujos resultados sejam menos afetados pelos defeitos assinalados.

Não se deve esquecer, enfim, quando combinadas as listas nominativas e os levantamentos dos registros paroquiais, de verificar se as populações respectivas são as mesmas.